

A TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO SOB A ÓPTICA DE DOIS GRANDES PENSADORES: CELSO FURTADO E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

DEVELOPMENT FROM THE PERSPECTIVE OF TWO GREAT THINKERS: CELSO FURTADO AND FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Giovana Souza Freitas¹

Envio: 15 dez. 2011.

Aceitação: 15 mar. 2012.

RESUMO

A temática do desenvolvimento vem sendo amplamente estudada e analisada no Brasil há muitos anos. A atenção maior ao desenvolvimento e às causas do subdesenvolvimento ocorreu no período pós-guerra e se estendem até a contemporaneidade. Dentre os vários autores que contribuíram nessa discussão, salientam-se alguns clássicos como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Neste artigo, verificar-se-á como o desenvolvimento na América Latina, e mais especificamente no Brasil, é entendido por estes autores, que fazem suas interpretações a partir dos marcos históricos vivenciados no passado e da realidade que se fazia presente quando do surgimento de suas obras. Para tanto, foram analisadas as obras *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), de Celso Furtado, e *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1973), de Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Subdesenvolvimento e teoria da dependência.

ABSTRACT

Development has been widely studied and analyzed for many years in Brazil. The increased attention to development and the causes of underdevelopment started in the postwar period and continues to present days. Among the many authors who contributed to this discussion are Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso. This article examines how development in Latin America and more specifically in Brazil is understood by these authors who base their analysis on historical moments lived in the past and on the context of the time of the launch of their works. To this end, the books *Theory and Policy of Economic Development* (1967) by Celso Furtado and *Dependency and Development in Latin America* (1973) by Fernando Henrique Cardoso are analyzed.

Keywords: Economic development. Underdevelopment and dependency theory.

¹ Doutora em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Centro Universitário Uniritter. <giovana.souza@terra.com.br.>

Ao longo da história, são muitos os autores que se consagraram estudando e analisando a problemática do desenvolvimento, sendo que vários deles procuraram estudar e conhecer o tema para buscar reconhecer por que existem nações que conseguem se desenvolver enquanto outras, ao longo do tempo, buscam fazer o mesmo, mas mantêm-se em níveis de baixo desenvolvimento ou de subdesenvolvimento.

Na América Latina e particularmente no Brasil, o tema sempre foi bastante explorado, tanto no meio acadêmico quanto na esfera política, talvez pela necessidade de se tentar contribuir para promover modificações na estrutura de nações que, apesar de todos os esforços, ainda não conseguiram galgar níveis satisfatórios de desenvolvimento, sendo consideradas em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

Na análise da temática, salientam-se as obras de Celso Monteiro Furtado e Fernando Henrique Cardoso, que buscam, mais que um entendimento sobre como promover o desenvolvimento, também a compreensão dos fatores e/ou situações que fazem com que um país não consiga promovê-lo.

Sendo assim, a proposta do presente artigo é verificar como o desenvolvimento na América Latina, e mais especificamente no Brasil, é entendido por esses autores, que fazem suas interpretações a partir dos marcos históricos vivenciados no passado e da realidade que se fazia presente quando do surgimento de suas obras.

Embora tais autores tenham escrito várias obras consideradas fundamentais na exploração do tema, o artigo ora proposto se deterá na revista *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), de Celso Furtado, que institui a área de economia do desenvolvimento no mundo, e *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1973), de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que procura explicar o porquê do não desenvolvimento.

Comparação entre os autores: diferenças e similitudes

Embora com formações acadêmicas distintas, os autores analisam a temática do desenvolvimento em uma mesma época (década de 1960) em que muito se falava sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. Furtado era economista e escreveu *Teoria e política do desenvolvimento econômico*

influenciado pela realidade da geração de 1950, um período em que a sociedade brasileira vivenciou as conquistas materiais do capitalismo. A década de 1960 foi marcada pela visão de progresso que trouxe uma crença na modernização, o que parecia garantir o acesso do Brasil ao iminente Primeiro Mundo. Havia o predomínio das ideias desenvolvimentistas.

Diante desse contexto, Furtado (1983) mostra-se otimista com relação ao futuro do Brasil. Participou do governo de Juscelino Kubitschek entre 1956-60 e acreditava na superação do subdesenvolvimento a partir da preservação do sistema capitalista.

Cardoso (1980) escreve nessa mesma época, mas, talvez influenciado por sua formação sociológica, mostra-se cético com relação ao capitalismo e começa a indagar como o sistema capitalista foi instituído no estado do Rio Grande do Sul já na sua tese de doutorado, em 1961.

Sofria influência direta do marxismo, tanto que fez parte do grupo que introduziu esta corrente de pensamento no Brasil, dentro da Universidade de São Paulo (USP). Era influenciado intelectualmente não só por Marx, mas também por Weber. Neste aspecto, diferencia-se sobremaneira de Furtado, que, embora apresentando um estilo de escrita bem eclético, uma vez que mistura vários paradigmas, mostra-se um verdadeiro crítico do marxismo.

A dependência virou um tema muito analisado e foi discutida e apresentada por vários autores diante da realidade brasileira do começo dos anos 1950 até o início dos anos 1960, em um país cuja burguesia havia renunciado definitivamente a qualquer veleidade que porventura tivera de liderar o desenvolvimento do capitalismo, pois se mostrava mergulhada na passividade tradicional, aproveitando-se da ação do Estado e da grande empresa multinacional que se tornara o centro indiscutível do novo poder econômico.

A ideia de dependência já tinha sido apresentada por Lênin, Rosa de Luxemburgo e as teorias do imperialismo (ROIO, 2010). Então, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* traz algo novo, além do que já havia, pois mostra o papel do empresário e da burguesia. Avalia quem são os agentes da mudança, o que pensam e como agem. Procura identificar por que o empresário brasileiro (a nossa burguesia) vem a fazer do Brasil o seu lugar.

Cardoso (1980) almejava descobrir qual era o estilo de desenvolvimento da época, qual o “projeto desenvolvimentista” dos empresários. Questionava-se e até mesmo colocava em xeque a possibilidade de se ter um capitalismo independente.

A teoria da dependência é considerada um misto de Marx e Weber e utiliza a dialética hegeliana quando desconsidera as polaridades (todo e parte, interno e externo, político e econômico, classe e nação). Nesse sentido, rompe bruscamente com o que preconiza Furtado (1983) quando trabalha a ideia de dualidade.

Furtado era um dos importantes membros de composição da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Sob a direção do economista argentino Raúl Prebisch, ela se tornou naquele período um importante centro de debates sobre os aspectos teóricos e históricos do desenvolvimento. Muitas das ideias da Cepal estavam fundamentadas no dualismo. Considerava-se a dualidade uma característica do subdesenvolvimento.

A forma como percebia a realidade, a própria dualidade e o pensamento de Furtado baseavam-se na escola estruturalista, surgida na primeira metade dos anos 1950 entre economistas latino-americanos que tinham como objetivo principal pôr em evidência a importância dos parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos. Alegam que sem a identificação do dualismo estrutural não seria fácil explicar a tendência à concentração da renda.

Mas a obra de Furtado é rica, pois vai além dessas ideias. Baseia-se também nos ideais positivistas - crença de que a sociedade pode evoluir dependendo do caminho que os homens escolham, os homens são capazes de fazer sua própria história;

- sociológicos - crença de que o subdesenvolvimento é irracional, uma vez que desperdiça recursos;
- marxistas - ideia de poder nas relações econômicas, assimetria entre capital e trabalho, utilização da ideia de acumulação de capital, mas não aceitando a teoria da exploração;

- keynesianos - ideia de que a demanda incentivava e incrementa a economia, rejeitando a lei de Say (FURTADO, 1983).

Além dessas ideias, aparecem na obra de Furtado também as influências de

- I) Schumpeter - rompimento do equilíbrio, que é visto como uma variável exógena;
- II) List/Prebisch – ênfase à questão nacional (*subdesenvolvimento* é diferente de *nação*);
- III) Myrdal - ideia de social-democracia (*welfare state*) que impulsiona à ação para mudar o rumo dos acontecimentos, a repartição da riqueza é política, é importante que a sociedade se organize politicamente para que se desenvolva (FURTADO, 1983).

Dessa forma, verifica-se que a obra de Furtado (1983) destaca-se pelo ecletismo teórico, o que lhe concede uma inquestionável riqueza de ideias, o que não aparece na obra de Fernando Henrique, mais enxuta no campo das influências teóricas por se basear fundamentalmente em Marx e Weber. No entanto, são maneiras distintas de se analisar um mesmo fenômeno, que perpassa a lógica das ideias e relata aquilo que é pessoal de cada um dos autores, que têm formações distintas, influências intelectuais distintas, mas têm em comum a preocupação com o desenvolvimento do Brasil em uma mesma época e conseguiram deixar um importante legado, reconhecido por todos que analisam e trabalham com a temática do desenvolvimento.

Mas afinal, o que é desenvolvimento para estes autores?

O que impressiona em Furtado (1983) é sua forma original de perscrutar as noções relacionadas com o processo de desenvolvimento, procurando entender, com base em método histórico-estruturalista, a gênese da formação do subdesenvolvimento. Nesse sentido, é importante reconhecer o fato de que Furtado oferece uma contribuição intelectual singular à análise do fenômeno do progresso, detendo-se não só nos seus aspectos econômicos, mas também nos sociais, culturais e políticos. Sua visão é, com efeito, mais interdisciplinar que a prática entre economistas da época.

A visão mais generalista e até mesmo interdisciplinar presente em Furtado fez com que percebesse,

já na década de 1960, um problema tão propalado atualmente: o *trade-off* entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Para o autor, é na medida em que a quase totalidade das sociedades contemporâneas atribui uma alta prioridade à disponibilidade de certa constelação de bens materiais, cujo acesso se confunde com a forma “moderna” de vida, que o desenvolvimento econômico constitui hoje um problema universal.

Mas para Furtado a matéria central do desenvolvimento está firmada no aumento da produtividade do trabalho (produzir mais em menos tempo garantindo maiores lucros ao empresário) e na diversificação da demanda no plano social, promovendo a melhoria das condições de vida da população. Os benefícios devem ocorrer nas duas pontas: na atividade industrial e na esfera social.

Assim, o desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a, pois o crescimento depende do aumento da produção, do fluxo de renda, enquanto para haver desenvolvimento faz-se necessário que tais aumentos sejam capazes de repercutir positivamente na esfera social. E tanto crescimento quanto desenvolvimento podem e devem ser quantificados por meio de indicadores (produtividade, índice do fluxo de renda real etc.).

O desenvolvimento se apresenta sob a forma da introdução de combinações mais produtivas dos fatores de produção. Portanto, a produtividade apresenta-se como um dos elementos motores do desenvolvimento. O aumento da produtividade física do trabalho é fruto da acumulação de capital, das melhorias técnicas que acompanham essa acumulação e do aperfeiçoamento no fator humano. Obtém-se, assim, mais valia relativa, pois gerará maior ganho ao empresário pelo aumento no tempo de trabalho excedente. Não obstante, essa mais valia deve ser capaz de repercutir em ganhos para o trabalhador, por meio de maior renda, para promover a diversificação da procura (outro dos elementos motores do desenvolvimento) ou melhoria das suas condições de trabalho.

Em um processo de desenvolvimento, o aumento no fluxo de renda assume a forma de maiores lucros para o empresário, o que permite acumular fundos para reinvestimentos. No entanto, se os aumentos da renda se concentram totalmente em mãos de uma pequena minoria, o processo de desenvolvimento não

criará, dentro da economia, reações externas que tendam a intensificá-lo. Isto é o que se observa em algumas economias subdesenvolvidas.

Daí a importância de o empresário fazer da acumulação uma possibilidade de apropriação do progresso técnico. Assim, “[...] o desenvolvimento se estará realizando apoiado na acumulação-difusão de inovações. Esse tipo de desenvolvimento engendra uma procura relativamente intensa de mão de obra, o que significa que a taxa de salário tenderá a crescer mais que a produtividade [...]”. Furtado (1983) reconhece que a base do processo de desenvolvimento é a apropriação do excedente de produção por grupos minoritários. Não obstante, cabe a estes grupos decidir se o desenvolvimento será continuado ou não por meio de reinvestimentos na atividade produtiva por eles realizados.

A análise do desenvolvimento e das possíveis formas de concretizá-lo estimula em Furtado (1983) o estudo de outra face desse processo: o subdesenvolvimento. Para o autor, o subdesenvolvimento é entendido como uma forma de organização social no interior do sistema capitalista, sendo contrário à ideia de que seja uma etapa para o desenvolvimento, como podem sugerir as expressões *país emergente* e *país em desenvolvimento*.

Os países subdesenvolvidos tiveram, segundo Furtado (1983), um processo de industrialização indireta que se deu como consequência do desenvolvimento dos países industrializados. Esse processo histórico específico do Brasil criou uma industrialização dependente dos países desenvolvidos e, portanto, não poderia jamais ser superado sem uma forte intervenção estatal que redirecionasse o excedente (até então usado para o “consumo conspícuo” das classes altas) para o setor produtivo.

Nas origens históricas do subdesenvolvimento se encontraria, assim, uma “dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes”. O ponto de partida do subdesenvolvimento seria “o aumento de produtividade do trabalho engendrado pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional, sem modificações maiores nas técnicas de produção”. A geração de um excedente permitiria sua utilização para a adoção de cópias de padrões de consumo dos países ricos nos países pobres, o que seria permitido apenas a uma

elite, exatamente a classe que se apropria do mesmo excedente.

Resultado de uma conexão, surgida em certas condições históricas, entre um processo interno concentrador e um processo externo de dependência, o subdesenvolvimento constituiria uma projeção da miniaturização, nos países periféricos, de sistemas industriais dos países cêntricos, com alto grau de acumulação, acompanhada da diversificação das pautas de consumo de sua minoria privilegiada. Esse traço, com a dimensão cultural da cópia de modelos de consumo, produziria uma situação de convivência de formas heterogêneas de vida: de um lado, grupos sociais afluentes (nos quais a cópia dos novos modelos de consumo se efetiva) e, de outro, grupos sociais submetidos a níveis mínimos de subsistência, excluídos do consumo moderno.

As economias subdesenvolvidas podem conhecer fases prolongadas de crescimento de seu produto global e *per capita* sem reduzir o grau de dependência externa e a heterogeneidade estrutural interna, que são suas características essenciais. Essa lógica liga a obra de Furtado (1983) à de Cardoso (1995) quando este estabelece uma relação entre desenvolvimento e dependência nos países da América Latina, escrevendo uma teoria da dependência que defendia a ideia do desenvolvimento dependente.

O rigor metodológico faz com que a teoria da dependência desenvolvida por Cardoso (1980) seja evidenciada e até se diferencie daquelas anteriormente apresentadas, que vão do “nacionalismo pequeno-burguês ao esquematismo marxista” que explica tudo pela dependência externa, insinuando que a dependência era um termo utilizado para obscurecer o mesmo fenômeno, mais conhecido por *imperialismo*.

Nas análises sobre dependência, a matéria-prima da qual se parte é a luta política e econômica tal como se desdobra na superfície do processo histórico, como luta nacional e anti-imperialista. Portanto, para entender a lógica utilizada por Cardoso (1980), é necessário considerar elementos que se encontram relacionados:

- as classes sociais;
- o imperialismo;
- o processo de internacionalização dos mercados.

O autor buscou identificar o estilo de desenvolvimento almejado para a época pela classe empresarial no Brasil. Nesse estilo se estabelece um tecido de relações entre a burguesia nacional, o operariado e o Estado que variará conforme a posição que mantiverem no processo político. Essas relações se evidenciam nos diferentes tipos de desenvolvimento apresentados por Cardoso (1980):

- nacional-exportador, caracterizado como uma das formas de dependência, apresentando uma fortalecida classe econômica local que, por meio de operações de compra e venda, encontra-se associada ao capital estrangeiro, havendo uma oligarquia dominante exportadora que faz alianças com as oligarquias locais;
- economia de enclave, considerado mais propenso à exploração, sendo que os grupos locais não controlam o sistema produtivo (um dos exemplos deste tipo de economia é a de minérios ou a agrícola, ou seja, economias que causam poucos impactos na economia local);
- industrial-associada, em que a burguesia nacional se associa ao capital estrangeiro, ocorrendo em economias que se industrializaram sendo chamado de “novo caráter de dependência”, pois não significa que a industrialização implique autonomia nacional.

Pela análise dessa tipologia, verifica-se que o imperialismo não barra o desenvolvimento das nações periféricas, pois um país dependente pode se desenvolver, a exemplo do que ocorre no tipo nacional-exportador. Essa lógica é considerada a essência da teoria da dependência. Para entender tal teoria, é necessário passar da totalidade para a prática, pois o imperialismo é universal, mas para ser entendido ele precisa de situações concretas (práticas) de dependência. Assim, esta não pretende ser uma alternativa para a teoria do imperialismo, mas um complemento.

O imperialismo pode barrar o desenvolvimento de países periféricos (tese defendida pelos trotskistas), mas a teoria da dependência nega esta ideia, pois acredita que o desenvolvimento da periferia ocorrerá, mas com dependência. Isto poderá se dar tanto em economias do tipo nacional-exportador quanto nas do tipo industrial-associado. Então,

a exploração e a dominação não excluem o desenvolvimento.

A industrialização das economias periféricas redefine as bases da dependência, pois é caracterizada como uma industrialização indireta, atrelada ao processo de industrialização dos países centrais. Neste caso, a industrialização coexiste com as formas anteriores de relação de dependência e a internacionalização do mercado interno assume a forma fundamental da situação contemporânea de dependência.

Com isso, verifica-se que o novo caráter da dependência (advindo após a internacionalização dos mercados e a nova divisão internacional do trabalho, que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Firma-se um processo simultâneo de dependência e desenvolvimento capitalista.

Os beneficiários desse “desenvolvimento dependente” passam a ser as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas às empresas estatais e às corporações multinacionais. Esses agentes sociais constituem o “tripé do desenvolvimento dependente associado”.

Principais ideias convergentes

Das ideias sobre desenvolvimento, acima apresentadas, percebe-se uma mesma temática sendo tratada por autores com formações acadêmicas diferentes, mas que, apesar de abordarem o desenvolvimento como um processo que pode ser alcançado ora pelo incremento da demanda e da produtividade no sistema capitalista, como frisa Furtado, ora pela associação dos países periféricos aos centrais mesmo com determinado grau de dependência, como em Cardoso (1995), aproximam-se quanto à preocupação de que esse processo resulte em ganhos para os trabalhadores e para a população no que tange a melhores condições de trabalho e de vida.

Enquanto Furtado (1983) faz um contraponto entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, evidenciando a ideia de que este último não é apenas uma etapa pela qual tenham que passar os países para atingirem um estágio mais avançado ou até mesmo o desenvolvimento, Cardoso (1995) procura, com a teoria da dependência, utilizar o já existente aparato

teórico sobre o desenvolvimento na América Latina (muito dele presente nas ideias cepalinas) para explicar o porquê do não desenvolvimento nas nações periféricas.

Ao avaliar as análises econômicas que à época se faziam sobre o desenvolvimento, Cardoso (1995) cita Furtado (1983) quando elenca os pré-requisitos para o desenvolvimento: superação dos obstáculos estruturais (ideia cepalina), sugerindo a alternativa de um fortalecimento dos núcleos nacionais de decisão política (do Estado), ao lado do robustecimento do mercado interno. Nesse sentido, parece que Cardoso corrobora a ideia de Furtado e vai mais longe quando admite que as ideias estruturalistas cepalinas foram, no plano mais estritamente econômico, ganhos líquidos ao pensamento social latino-americano e essenciais para possibilitar outras perspectivas de análise.

Enquanto para Furtado existe a necessidade de aumentar a produtividade do trabalho e a diversificação da demanda no plano social para que se denotem as condições básicas para o desenvolvimento, Cardoso complementa esta ideia no momento em que demonstra que isto pode ocorrer nas economias periféricas sem ser diminuído o seu grau de dependência para com os países avançados. Isso poderá ocorrer tanto nas economias nacional-exportadoras quanto na industrial-associada. Neste aspecto, as análises dos dois autores fundem-se e, principalmente, complementam-se.

Principais ideias divergentes

Se por um lado Cardoso (1980) utiliza-se do aparato teórico cepalino como base para a construção da teoria da dependência, por outro ele faz fortes críticas a um dos seus pilares de sustentação: o dualismo. Esse elemento aparece de forma nítida no pensamento da Cepal, sendo que para Furtado (1983) a dualidade é uma característica do subdesenvolvimento. A teoria da dependência foi uma tentativa de romper com essas contraposições (campo X cidade, centro X periferia, mercado interno X mercado externo, capital nacional X capital estrangeiro).

Na teoria da dependência, rompe-se com a ideia de centro X periferia, apresentando-se e enfatizando-se o papel das classes sociais. O centro e a periferia são formados pelas classes que são o motor

da história das nações, classes estas que por vezes associam-se e, em outras vezes, apresentam interesses contraditórios. Nesse sentido, com a teoria da dependência o desenvolvimento deixa de ser visto como uma questão econômica para ser política.

Furtado (1983), no entanto, não menciona as classes sociais e mostra-se um crítico de Marx (que tem todo um pensamento desenvolvido em torno das classes sociais e os conflitos que se estabelecem entre elas). Ao contrário, Furtado é um adepto do capitalismo e acredita que os países possam se desenvolver dentro da lógica capitalista. Já no pensamento de Fernando Henrique, o marxismo aparece de maneira nítida e é considerado uma das correntes intelectuais mais inspiradoras para a sua obra.

Furtado não aceita a ideia de imperialismo, pois reconhece a assimetria entre países que se dividem entre centrais e periféricos e a exploração destes últimos pelos primeiros. Portanto, faz-se necessário estimular o mercado interno, que deve ter condições de ampliar o seu nível de consumo para além daqueles bens considerados essenciais à sobrevivência da população.

Não obstante, a teoria da dependência não se opõe à teoria do imperialismo (construído sob a óptica do país central) e pretende complementá-la. Para Cardoso e Faletto (1973), o imperialismo era uma necessidade do país central para manter-se dominante e soberano.

A teoria da dependência utiliza a teoria do imperialismo no campo do abstrato, dentro dos parâmetros metodológicos para ir migrando até o concreto, que é onde se encontra a teoria da dependência. Para que se entenda a teoria da dependência, é necessário fazer a relação da totalidade com a prática existente. O imperialismo é universal, mas para ser entendido ele precisa de situações concretas (práticas) de dependência.

A título de comparação

Furtado, considerado um dos economistas à frente de seu tempo por almejar a realização de análises mais amplas e que consideravam aspectos além do econômico, compartilha com Cardoso esta ambição no momento em que este reconhece que “falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às

questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação, decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais”. E é justamente uma análise integrada do desenvolvimento que Cardoso se propõe a fazer.

Visualizam-se aspectos econômicos e sociais interagindo na maneira como Furtado concebe o desenvolvimento, enquanto a análise feita por Cardoso frisa, já em um primeiro momento, não só aspectos econômicos e sociais, mas políticos.

Enquanto Cardoso (1980) apresenta na teoria da dependência a ideia de que os países podem atingir o desenvolvimento, mantendo certo nível de dependência, para Furtado (1983) “os países dependentes serão sempre subdesenvolvidos”, pois para este autor “a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência”, valendo notar que o avanço do processo de industrialização na periferia faz crescer o controle por grupos estrangeiros do aparato produtivo aí localizado. “Em consequência, a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo”.

Considerações finais

A atual realidade brasileira, que não se mostra muito distante daquela vivenciada pelos países latino-americanos, em que a condição de subdesenvolvimento se perpetua com o passar do tempo, revela a existência de setores da atividade econômica plenamente desenvolvidos e capazes de ser competitivos em qualquer lugar do mundo. Avanços de ordem econômica são notórios, o que consagrou o Brasil como a sétima maior economia do planeta em 2011.

Não obstante, existem sérios problemas de concentração da renda que ainda precisam ser amenizados. Verifica-se que nos últimos anos essa concentração vem sendo reduzida, o que pode ser percebido pelo coeficiente de Gini, que vem diminuindo lenta e gradativamente, ano a ano² (IPEADATA, 2011).

A industrialização foi realizada (mesmo sem intencionalidade no caso brasileiro) e com ela houve

² O coeficiente de Gini, medido pelo Ipea, revela que o nível de concentração da renda era de 0,583 em 1992 e de 0,589 em 2002, ano em que começa a decrescer, chegando a 0,548 em 2008 e 0,543 em 2009 (IPEADATA, 2011).

aumento na produtividade do trabalho (produziu-se mais em menos tempo, garantindo maiores lucros ao empresário). No entanto, a diversificação da demanda no plano social não foi satisfatória a ponto de efetivamente contribuir para promover a melhoria das condições de vida da população. Para ela ser bem-sucedida, os benefícios desse processo devem ocorrer nas duas pontas: na atividade industrial e na esfera social.

Além disso, com a industrialização aumentou o grau de dependência do Brasil para com os países centrais, gerando dependência financeira (visto que a industrialização foi realizada em grande parte com financiamento externo, originando endividamento crescente), dependência econômica (graças à participação maciça de empresas multinacionais que aqui instalaram filiais, sendo responsáveis por grande parte da composição dos parques industriais em diversas regiões) e até mesmo dependência cultural (com a adoção do padrão de consumo típico das economias avançadas por uma minoria que compreende a camada mais rica da população).

As camadas da população que conseguiram se beneficiar desse processo passaram a adotar um estilo de consumo conforme os padrões dos países centrais. O processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas nas quais se denota um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população. Assim, industrializa-se, mas mantém-se a condição de dependência em vários sentidos.

O desenvolvimento sem dependência só é possível com um marco político muito bem consagrado, com instituições bem consolidadas, com distribuição de renda. Para tanto, o Estado mostra-se importante para tornar mais justa a distribuição de recursos e auxiliar na configuração desse processo. Caso contrário, a dependência não trará desenvolvimento, pois, como já é sabido, pode-se ter dependência com alto nível de exclusão social.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Livrarias Editoras Reunidas, 1973.

_____. **As idéias e seu lugar:** ensaios sobre a teoria do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

_____. **As idéias e seu lugar:** ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. **Caderno CEBRAP**, n.33. Rio de Janeiro: Editora Vozes; CEBRAP, 1980.

CAVALCANTI, Clóvis. **Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico.** Trabalhos para discussão n.104/2001. Mar./2001. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/104.html>>. Acesso em: 20/12/2007.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Victor Civita Editor, 1983.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Base de dados sociais:** desigualdade e concentração da renda. Brasília: IPEADATA, 2011. Acesso em 29/02/2012.

ROIO, Marcos Del. **Uma nota sobre a teoria do imperialismo (1902-1916).** São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS>>. Acesso em: 29/02/2012.